" /NID\

## Medida Provisória nº 1.119, de 25 de maio de 2022

Reabre o prazo de opção para o regime de previdência complementar e altera a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012.

## (Do. Sr. Pompeo de Mattos)

Modifique-se o art. 2º da Medida Provisória para alterar os seguintes dispositivos da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012:

**Art. 2º** A Lei nº 12.618, de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

| "Art.       | 20 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|-------------|----|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| <b>Λιι.</b> | _  | <br> |

IV – instituidor: as entidades fechadas de previdência
 complementar referidas no art. 4° desta Lei; e

 V – associados: os participantes e assistidos dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar referidas no art. 4º desta Lei.

| (14  | 1 () |      |      |      |      |      |      |      |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| ۸۱   | 40   |      |      |      |      |      |      |      |
| Art. | 12.  | <br> |

§ 6º As Fundações de que trata o caput deste artigo poderão criar planos de benefícios voltados aos familiares de seus associados, desde que seja distinto daqueles oferecidos aos servidores de que trata o art. 1º desta Lei, realizado prévio estudo de viabilidade econômico-financeira, e observadas as demais disposições da legislação aplicável." (NR)





## CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado POMPEO DE MATTOS - PDTRS

## **Justificativa**

A Instrução Normativa PREVIC nº 09, de 2018, trouxe a possibilidade de as entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) instituírem plano família a cônjuges e dependentes econômicos de participantes de plano fechado de previdência complementar, mediante prévia autorização da PREVIC (art. 3°). Desde então, diversas EFPC caminharam nessa direção e instituíram seus respectivos planos família.

O plano família é uma ferramenta fundamental para auxiliar o participante no planejamento financeiro e a alcançar uma aposentadoria bem-sucedida.

Não faz sentido, portanto, privar o servidor público federal dessa possibilidade de que gozam participantes de outros fundos de pensão.

Ressalta-se que, no plano família, não há a contribuição paritária do patrocinador. Portanto, a proposta não traz impacto orçamentário para a União.

Sala de Sessões, em de maio de 2022.

Atenciosamente,

POMPEO DE MATTOS
Deputado Federal

PDT/RS



